

## **Pode uma professora negra pesquisar? O uso da autoetnografia como abordagem metodológica pós-abissal**

Angela Ernestina Cardoso de Brito<sup>1</sup>

Neste trabalho, por meio da autoetnografia, compartilho experiências de professora negra no interior de uma instituição universitária, não somente como possibilidade de dividir um conhecimento pessoal por meio da reflexão, mas sobretudo como componente político que objetiva requalificar a relação entre sujeito e observador, mostrando a importância da relação da experiência pessoal do pesquisador como forma de construir o conhecimento.

Assim, a escrita do artigo foi uma maneira encontrada para que outras mulheres negras também possam se encorajar a relatar como a branquitude usa da divisão racial como forma de isolar esse grupo étnico-racial no ambiente acadêmico, por meio de normativas abissais e colonialistas.

O artigo é resultado de um projeto intitulado “Representação social de professoras negras na UFBA”, cujo resultado gerou uma crise pessoal, política e intelectual e me levou, inclusive, a partilhar essa experiência com outras companheiras negras e escrevê-la posteriormente, sendo também fruto de uma pesquisa de Pós-Doutorado na Universidade de Coimbra em Portugal.

O impacto do privilégio branco na academia chega ao ponto de nossas histórias, nossas identidades e nossas experiências serem brutalmente punidas, marginalizadas e silenciadas, como forma de dar visibilidade ao eu em conexão com o outro, sendo a etnografia utilizada como abordagem metodológica que adquire

---

<sup>1</sup> Docente da graduação e do Programa de Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (PPGSS/UFBA). E-mail: angelafro@yahoo.com.br.

reconhecimento de caráter político e transformador, permitindo ao(à) marginalizado(a) falar, questionando a naturalização das experiências, identidades e relações históricas da colonialidade, da distribuição geográfica do poder (Quijano, 1993). Basta refletirmos sobre os estudos *queer*, o feminismo, o *black feminism* e a questão racial.

A memória também será usada como fonte para descrever a experiência de confronto com a discriminação e o preconceito racial na universidade. Por isso que considerei o uso da autoetnografia como a forma adequada para apresentar os elementos sobre um passado vivido, relevante para caracterizar o objeto de estudo. Uso como método a pesquisa autoetnográfica crítica porque se refere a uma metodologia em que o pesquisador pode vincular seu eu pessoal ao seu eu cultural (Jones; Taylor; Coward, 2013).

Quantos artigos, dissertações, teses, pesquisas conhecemos em que homens e mulheres brancos nos usam como objeto de estudo? Nossos sentimentos, nossos desejos, nossas famílias, nossos comportamentos, são esmiuçados, destrinchados e partilhados publicamente como se fôssemos um nada. Dizem: “não têm identidade, são sujeitos anômalos, seres passivos, cordiais, famílias desordenadas, etc.”. Invadem nossos lares, nossas vidas e discorrem do ponto de vista deles (as), do colonizador, somos sempre os(as) estranhos(as) , os(as) que precisam ser ajustados(as).

A autoetnografia me permite falar dos acontecimentos como mulher negra, a partir do meu ponto de vista, sem precisar narrá-los a outra pessoa, pois o método propõe uma prática menos alienadora, em que o pesquisador pode expressar sua subjetividade. Por meio da autoetnografia crítica, uso a metodologia feminista negra fornecendo relatos pessoais e os pontos de vista interpessoais de outras mulheres negras que também presenciaram os fatos, acontecimentos, e são personagens vivas. A autoetnografia adquire relevância

principalmente quando é escrita por autores (as) negros e negras. Sobre o método da autoetnografia, Santos (2017, p.219), assim se expressa:

[...] que é o reconhecimento e a inclusão da experiência do sujeito pesquisador tanto na definição do que será pesquisado quanto no desenvolvimento da pesquisa (recursos como memória, autobiografia e histórias de vida, por exemplo) e os fatores relacionais que surgem no decorrer da investigação (a experiência de outros sujeitos, barreiras por existir uma maior ou menor proximidade com o tema escolhido, etc.). Dito de outra maneira, o que se destaca nesse método é a importância da narrativa pessoal e das experiências dos sujeitos e autores das pesquisas, o fato de pensar o papel político do autor em relação ao tema, a influência desse autor nas escolhas e direcionamentos investigativos e seus possíveis avanços. (Santos, 2017, p. 219)

A autoetnografia tem sido utilizada para criticar discursos dominantes eurocêntricos e hegemônicos, pautados no poder do colonialismo ocidental. O uso da autoetnografia, neste texto, é complementado com o uso da entrevista. A agregação desta última técnica permitiu que outras mulheres negras que estiveram presentes na ocasião dos fatos, também tivessem a oportunidade de compartilhar suas experiências e narrar os conhecimentos a partir de pontos de vista particulares. Desse modo, essas mulheres também podem encorajar outras a seguirem a mesma trilha. Convidei-as porque, na ocasião – 2018, elas eram alunas, testemunharam os episódios no momento em que estes aconteceram. Atualmente, são profissionais e podem refletir, emitir opiniões críticas sobre o assunto, trabalhando de forma recíproca. Os nomes foram codificados para preservar as identidades das participantes e substituídos por nomes de intelectuais negras já falecidas, sendo elas: Carolina de Jesus, Lélia Gonzales e Luiza Bairros.

Na academia, as mulheres brancas parecem se sentir ‘as donas do pedaço’, porém eu não as vejo assim. Vejo-as como mulheres

herdeiras de um território colonial capitalista e que lutam desesperadamente para continuar legitimando o privilégio e o poder. Elas centralizam o ensino, a pesquisa e, acreditem, até a extensão. Recordem que, para Hall (1997), além do poder econômico e da coerção física, trata-se do poder simbólico por meio das práticas de representação, atendendo ao etnocentrismo como umas das *nuances* desse poder. Eu me vejo tão inteligente quanto qualquer outra mulher branca da academia e estudei em excelentes universidades, mesmo assim, não importam quantos privilégios tenhamos em consequência, sempre vão olhar para nós como mulheres negras, como representantes de toda a raça, seres inferiores, desprovidos de valor, há demarcadores sociais de diferença na academia, e um deles é a cor da pele.

Os acontecimentos da realização e os desdobramentos desta pesquisa, com o sentimento de não ser branca, a tentativa de nos forçarem a acreditar que a academia não nos pertence, fizeram-me sentir uma estranha em um ambiente a que eu chamava de trabalho. É um sentimento de não pertencimento que nos impõem. Embora não seja negra retinta, há uma hierarquia, considerando cor como categoria nativa. Dependendo da ocasião, da situação, da região ou do lugar em que a pessoa se encontra, a cor da pele vai ser um demarcador social e pode ser reivindicada ou não. A academia é um dos espaços onde a hierarquia racial e os privilégios brancos são disputados.

O fato de ser heteroclassificada parda, conforme o censo racial brasileiro, por ser filha de negro e branca, ter a tonalidade da pele mais clara<sup>2</sup>, cabelo mais liso, olhos mais claros etc., outros traços fenotípicos, entretanto, me aproximam das mulheres negras: a pele, embora mais

---

<sup>2</sup> Em conversa com amigo moçambicano, tive conhecimento de que as mulatas são reconhecidas em seu país como pessoas sem bandeira, sem lugar.

clara, é indiscutivelmente resultado de uma mistura racial e outras características fazem com que me autorreconheça como uma mulher negra. Os outros podem até dissimular tal reconhecimento, mas este demarcador é o primeiro a ser acionado quando precisam reivindicar o espaço de poder. Ponderemos sobre os dados oficiais: quantas professoras negras marcam carreiras de produtividade em pesquisa no CNPQ? Quantas professoras negras são reconhecidas como valiosas? Por que as professoras negras representam ameaça? Por que alguns sentimentos de medo e ódio se prendem aos corpos negros? E por que os corpos brancos se sentem e se entendem ocupantes legítimos dos espaços acadêmicos? O estereótipo e a imagem fenotípica, mais “clara” ou mais “escura” podem ser organizados partindo da análise tradicional da origem, da unidade da identidade nacional.

Fui instigada, pelas leituras dos textos da professora Joselina da Silva<sup>3</sup>, a realizar o primeiro senso racial em uma Universidade Federal do Brasil<sup>4</sup>. O incentivo da companheira que, desde sempre, se tornou fonte de inspiração e de estímulo para sua realização. Se, na academia, nosso trabalho não é valorizado, em algumas mulheres negras podemos encontrar possibilidade de união e nos fortalecermos.

We are sister scholars and while our positionalities and perspectives may differ, we are able to write and support one another's writing through fellowship, care, and love. This duo-ethnography is the result of our convergent and divergent stories around race, learning, and teaching as Black girls in the academy<sup>5</sup>. (Roby; Cook, 2019, p. 15)

---

<sup>3</sup> SILVA, J. da. Doutoradas professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 19-36, jan./jun. 2010. Além de seu trabalho: Desigualdades de raça e gênero na educação superior: um olhar sobre a base SINAES. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA. 26, 1º a 4 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia.

<sup>4</sup> Ver: [www.later.ufba.br](http://www.later.ufba.br)

<sup>5</sup> “Nós somos irmãs intelectuais e, embora nossos posicionamentos e perspectivas possam diferir, somos capazes de escrever e apoiar a escrita umas das outras por meio de comunhão, cuidado e amor.” (Tradução minha).

As experiências de inibição, coerção, constrangimento e confinamento com as quais nós, mulheres negras, somos obrigadas a conviver na academia devem ser enfatizadas, pois nos afetam de uma maneira muito grave, situações que existem de forma diferente para as professoras brancas, apesar de estas serem também mulheres.

Estou vinculada ao Instituto de Psicologia (IPS) da UFBA, especialmente ao curso de Serviço Social, em que não há homens docentes, sendo considerado um curso de baixo prestígio. Após o encerramento desta pesquisa, algumas alunas negras<sup>6</sup>, em conversas informais, em diversos momentos, vinham relatar sobre as formas agressivas e caricaturadas com que professoras negras eram retratadas por discentes, tanto negras como brancas, do Curso em epígrafe. Para escrever este artigo, agora em 2020, entrei em contato com algumas dessas e colhi relatos, não somente para tornar a leitura do texto mais agradável, mas como metodologia co-participativa radical, sobretudo utilizando-a como aliada da autoetnografia crítica, compartilhando experiências interpessoais de olhares de outras mulheres negras, a partir de um diálogo intercultural, e valorizando laços com as participantes, considerando ainda a memória falível, as participantes auxiliaram na ordem da narração dos acontecimentos. Observem:

Eu comecei a perceber que existia uma diferença na avaliação das professoras no meu terceiro semestre quando eu peguei uma disciplina com uma professora que, na minha avaliação, é incrível. Uma professora referência no Serviço Social e também em lutas do cotidiano, como das empregadas domésticas. Uma profissional incrível que me mostrou que as aulas poderiam ser realizadas de maneira diferente: ela trazia música, ela trazia dança, ela trazia arte para discutir. Ela trouxe autoras negras, trouxe pessoas negras, como Carolina Maria de Jesus, que eu nunca tinha ouvido falar. Trouxe o livro dela

---

<sup>6</sup> Como já informado, os nomes aqui escolhidos são fictícios: Carolina de Jesus, Lélia Gonzales e Luiza Bairros representam ex-alunas que, na época, presenciaram os acontecimentos e aceitaram contribuir com o trabalho.

para a gente fazer prova sobre essa pessoa, sobre a história dessa mulher e como o serviço social tinha a ver. Ela trouxe o que eu não tinha experimentado ainda dentro do serviço social [...] (Carolina de Jesus, relato colhido em 2020).

Nesse movimento, eu percebi que existiam outras disciplinas com outras professoras brancas que eram bem parecidas com a metodologia das disciplinas passadas, inclusive dessa que eu citei das Ciências Políticas, que a gente considerava engessada e as pessoas não criticavam. O foco era nessa professora preta, que fazia as coisas acontecerem de uma outra maneira. (Carolina de Jesus, relato colhido em 2020).

Os relatos supracitados me chamaram atenção, considerando que, na universidade onde as alunas observavam os acontecimentos: representação depreciativa, atribuição de baixo nível de intelectualidade, agressividade e desrespeito no que se refere às professoras negras. Há algum tempo, já observava que as professoras brancas que possuíam as mesmas características e metodologias pedagógicas não eram representadas da mesma maneira, nem criticadas da mesma forma que as professoras negras.

Na altura, refleti a respeito da minha chegada ao *Campus* da UFBA e ao próprio curso, e também sobre a imagem caricaturada e a representação estereotipada de uma professora negra, ícone no Serviço Social, por ser, já naquela época, uma das primeiras intelectuais negras a escrever sobre a questão racial em nossa área, embora não reconhecida, por razões óbvias.

De acordo com Hill Collins (2000), estereotipar representa ir além da realidade, mas também atua como disfarce das relações sociais objetivas, pois o racismo surge como parte inerente à vida cotidiana, inquestionável, posto que é “inato”.

Sendo instigada pelas alunas a escrever o projeto, comecei a ouvir os relatos, as demandas trazidas, refletindo, então, sobre o que era preciso fazer e, em seguida, escrevi. A escrita partiu de mim, mas as ideias vieram da comunidade acadêmica, das alunas negras, apenas as

ouvi, deixei os ouvidos atentos. Pus-me a escutar a necessidade da comunidade, e a escrita fluiu. Pode-se dizer que o trabalho teve a coparticipação radical, ou seja, prática e agentes contribuíram, de forma recíproca, para a realização do projeto.

### **“Torres de marfim”: colonialismo e práticas abissais**

Nogueira (1999) traz importante reflexão sobre a representação social do corpo como forma de entender a estrutura e a demanda da sociedade. Isso é muito importante do ponto de vista histórico porque a sociedade privilegia um dado número de características e atributos que deve ter o homem, ou uma mulher, sejam morais, intelectuais ou físicos. Esses atributos são, basicamente, os mesmos para toda a sociedade, embora possam ter diferentes *nuances* para determinados grupos, classes ou categorias que fazem parte da sociedade. A autora enfatiza que o corpo humano, para além de seu caráter biológico, é afetado pela religião, grupo familiar, classe, cultura e outras intervenções sociais. Imaginem como as religiões de matriz africana atravessam os corpos das mulheres negras e, durante toda sua trajetória, as estigmatizam, muitas vezes até as demonizam, cumprindo valores e funções ideológicas (Nogueira, 1999).

O corpo humano é um signo socialmente idealizado. Pela representação social do corpo da mulher, podemos entender a estrutura da sociedade. As representações do corpo da mulher negra são construídas a partir de narrativas colonialistas e concebem todo um grupo social que não é desejado. Essas representações foram construídas desde o Brasil colônia por meio de narrativas hegemônicas e eurocêtricas, instituindo sentidos e normalidades e estabelecendo padrões de beleza, de sexualidade e de



intelectualidade. Vejamos um relato de Louis Couty<sup>7</sup>, médico, professor da Escola Politécnica,

Os negros eram sujeitos afeitos à vagabundagem, recusavam-se a trabalhar, tinham tendências ao alcoolismo e à marginalidade (resultado de sua **inferioridade racial**). Os negros revelam-se **indiferentes em suas relações sociais**: não se importavam com os laços filiais e suas mulheres eram **objetos servis**; não formavam famílias, eram por natureza **desagregados; conviviam com a violência** de modo **indiferente e apático**, isto é, como não eram sensíveis aos castigos violentos a que eram **submetidos, não construíam uma consciência moral e ética**. (apud Nogueira, 2000, p.43).  
[Grifos acrescidos]

Faço aqui um paralelo entre o trecho onde o autor acentua a ideia de que os negros<sup>8</sup> eram por natureza selvagens, violentos, objetos servis, sem moral, sem ética, ou seja, incapazes intelectualmente, e as narrativas de mulheres negras, em 2020, sobre a representatividade de professoras negras na UFBA. Às mulheres negras, assim como o texto publicado em 1881 e em descrições de décadas anteriores, eram atribuídas tais condições de desumanidade. Nota-se, por meio das narrativas das entrevistadas, a cristalização dessas ideias, produzindo efeitos no imaginário coletivo e orientando as relações entre negros e brancos na sociedade brasileira e, no caso específico, na própria academia.

Por outro lado, o tratamento dos alunos e das alunas para com as professoras, também aparentava ser muito

---

<sup>7</sup> Radicado no Brasil, Louis Couty publicou na França: *L'esclavage au Brésil: avec une lettre de M. le sénateur Schoeler*. Paris: Librairie de Guillaumin, 1881.

<sup>8</sup> Interessante que relatos relacionando índios e negros como seres indomados e selvagens datam de 1556: "Além dos tupinambás, os caetés que habitavam o litoral do Nordeste fizeram história com seu costume alimentar. Conta-se que, em 16 de junho de 1556, eles souberam do naufrágio de uma embarcação portuguesa em mares brasileiros e ficaram na praia aguardando os pratos de seu jantar. Assim que pisaram na areia, os 90 tripulantes e o primeiro bispo do Brasil, dom Pedro Fernandes de Sardinha, foram capturados e devorados pelos índios. A história se espalhou e ficou registrada em cartas de jesuítas da época. No entanto, de acordo com John Monteiro, não há como afirmar com certeza a veracidade do ocorrido, já que "os relatos são todos marcados pela intenção de condenar os caetés e torná-los sujeitos à escravização". Os caetés foram considerados "inimigos da civilização" pelos portugueses e europeus em geral. Em 1562, o governador-geral Mem de Sá determinou que fossem "escravizados todos, sem exceção". Como consequência, os indígenas foram extintos em 5 anos" (Bueno, 2003, p. 19).

demarcado por raça, porque as professoras brancas, algumas não tinham didática nenhuma em sala de aula, mas as alunas sempre tinham uma preferência por elas. As professoras brancas sempre tinham essa predileção, elas sempre eram muito boas, elas estavam acima de qualquer coisa para minhas colegas. Mas as professoras negras... algumas professoras negras eram taxadas de malucas. Corria um boato de que uma professora negra do meu curso de que ela teve problemas de saúde mental, e isso fazia dela uma pessoa maluca, uma pessoa desqualificada. Por outro lado, as professoras brancas... quando as meninas falavam da saúde mental dessas professoras... era sempre um motivo de cuidado... De “nossa, coitada dela... Olha tudo que ela está sofrendo”; professora negra, não... ela era maluca e ela tinha que ser afastada da sala de aula porque ela estava atrapalhando as pessoas. E eu percebia que esse era um discurso que foi adotado amplamente pelas colegas que eu tinha. (Lélia Gonzales, 2020).

Então, no terceiro semestre quando eu me deparei com essa professora do Serviço Social, eu percebi que ela era diferente de todas com certeza, mas muitas colegas de classe insistiam em criticá-la. Chamavam ela de espalhafatosa, de louca e até mesmo de grossa pela forma dela se posicionar na sala de aula, pela forma dela comentar e dialogar sobre as coisas. (Carolina de Jesus, 2020).

Lélia e Carolina relatam as observações decorrentes de fatos acontecidos no ano de 2018, quando analisam as condições sob as quais as professoras negras eram representadas coletivamente por discentes negras e brancas. Nota-se que as professoras negras são imaginadas como mulheres com algum tipo de sofrimento mental, que precisam de tratamento, que precisam estar fora da universidade. Consideradas como “malucas, espalhafatosas, loucas, grosseiras”, precisavam ser afastadas da sala de aula, pois “falavam alto, atrapalhavam os alunos”, sendo desqualificadas para a docência por não serem vistas como “inteligentes”. Os discursos se misturam, e o meu argumento é que esta realidade é tão verdadeira hoje como em 1881 e, em outros textos do período colonial.

É preciso ressaltar, o que não é a proposta aqui, que as professoras brancas com características e motivações pedagógicas

semelhantes não são alvos das mesmas depreciações e dos mesmos ataques pejorativos, pois, segundo os relatos, quando estão doentes, precisam de cuidado e nunca são taxadas como loucas ou malucas. Elas são consideradas inteligentes, e a sala de aula é o local inato a elas. O corpo branco sempre estará relacionado a ótimos atributos morais, éticos e intelectuais, sendo, portanto, sem máculas.

[...] porque as professoras brancas, algumas não tinham didática nenhuma em sala de aula, mas as alunas sempre tinham uma preferência por elas [...]. (Lélia Gonzales, 2020).

[...] as alunas brancas e negras, elas distinguem completamente, a professora branca que faz uma metodologia rígida durante as disciplinas ou aquela professora branca que é displicente, brincalhona, que fica contando da sua vida, ela é considerada com a professora boa, é a professora que é divertida; e a professora negra, que se vier a ter essas mesmas características descontraídas [ou] de uma professora que cobra dos seus alunos, é taxada completamente como uma professora chata. (Luiza Bairros, 2020).

Na visão das ex-discentes, as professoras brancas sempre obtinham essa predileção, eram sempre tidas como muito boas, estando acima do bem e do mal. O fato é que, desde o período escravagista, está plasmado, no imaginário social, o estigma dos negros como selvagens, loucos, burros, indomáveis e, portanto, imprestáveis para o trabalho intelectual. O passado histórico ainda aprisiona culturalmente a mulher negra a estereótipos relacionados ao samba, à representação da mulata gostosa, boa de cama, afeita somente ao trabalho doméstico, à culinária, etc. Constroem-se categorias sociais por meio da representação social. As crenças e valores amplamente difundidos concebem a âncora para esse processo.

Jorge Vala (1997), em estudo sobre representação social e percepções intergrupais, salienta que os traços estereotípicos isolados

são insuficientes para entender as vítimas de conflitos étnicos ou de conflitos entre grupos em contextos organizacionais, etc. O autor ressalta que deve ser levada em conta a percepção da ameaça que o exogrupo representa para os valores do endogrupo. Assim, a atitude dos indivíduos em face dos membros de outro grupo não depende apenas das emoções e dos estereótipos que estes lhes atribuem, mas também da percepção que têm da ameaça aos valores desse grupo (Vala, 1997).

Se, no passado, a mulher negra, era destituída muitas vezes da maternidade, da feminilidade, olhar para mulher negra hoje, entre outros elementos, como na universidade, por exemplo, remete-a novamente a esses mesmos atributos e acrescenta novos dispositivos ao imaginário, dando força ao processo do poder capitalista eurocentrado.

Ainda hoje, a ideia que se tem de uma mulher negra está dissociada da intelectualidade, principalmente, àquela que cursou uma carreira acadêmica. A representação ainda emerge no imaginário coletivo está normalmente relacionada a uma mulher subalterna, que varre o chão, lava o banheiro, serve o café, com as quais se tem pouco ou nenhuma identificação<sup>9</sup>. Permanece a imagem de um ser que fala alto, é desprovido de intelectualidade e dos princípios de uma moralidade socialmente aceita. Criam-se signos que são representados social e coletivamente. As linhas abissais validam verdades universais. No caso da representação das professoras negras, constituem identidades estigmatizadas que lhes foram atribuídas ao longo da história, primeiro com a colonização e, depois, introduzidas por meio do capitalismo mundial, colonialismo moderno.

### **O projeto, a reunião: 'Não sou uma professora '?**

---

<sup>9</sup> Profissões importantes, mas desprestigiadas em nossa sociedade.

Após a finalização da escrita do projeto e a aprovação em diversos editais internos da Universidade<sup>10</sup>, reuni-me com as discentes/bolsistas, membros do grupo de pesquisa, para conversarmos sobre formas de divulgação e adequação metodológica. Sugeriram que divulgássemos por meio de cartazes com frases, indagações, e os espalhássemos em todo o *campus* universitário. As questões sugeridas foram as seguintes<sup>11</sup>: Alguma professora negra, do seu curso, já foi vítima de assédio moral, por alunos ou por professores? Sua professora branca discute racismo? Sua professora branca já foi racista com você? Seu professor branco discute racismo? Seu professor branco já foi racista com você? Quantas professoras negras existem no seu curso? Você se identifica com algum(a) professor(a) negro(a)? No seu curso, as professoras negras são tratadas da mesma forma que as professoras brancas? Alguma professora negra, do seu curso, já foi vítima de situações vexatórias, abuso de poder, humilhações, etc. pelos alunos ou professores? Já ouviu comentários depreciativos sobre as professoras negras? O que você fez?

Indagações dessa ordem, assim como a arte dos cartazes, foram sugeridas e criadas pelas discentes, sob minha orientação, Sugeriram que os cartazes, do tipo pôster lambe-lambe, fossem espalhados em alguns *Campus* da Universidade. Também foi sugerida a confecção de camisetas para divulgação do grupo de pesquisa. As camisetas teriam a mesma cor que os cartazes, com a seguinte frase: De que forma as professoras negras são tratadas no seu curso?

Na ocasião, como haveria uma reunião do colegiado de Curso, decidimos participar porque queríamos divulgar o projeto e o grupo de pesquisa, havendo concordância dos alunos e das alunas, que se

---

<sup>10</sup> Edital Permanecer 2017-2018; Edital Sankofa 2017-2018; Edital PIBIC 2017-2018.

<sup>11</sup> Todo o trabalho da equipe e os respectivos nomes de seus participantes encontram-se disponíveis no *site*: [www.later.ufba.br](http://www.later.ufba.br)

mostraram entusiasmados(as). No dia, atrasamos um pouco por conta de outra reunião do grupo de pesquisa que tivemos horas antes. Então, fomos à reunião e entramos todos juntos: os(as) alunos(as) com a camiseta amarela ouro bem forte, com a frase: De que forma as professoras negras são tratadas no seu curso? Eu entrei com uma camiseta branca com os dizeres: Me respeitem! Entramos um atrás do outro, e as professoras se mostraram bem surpresas e nervosas. Os objetivos de nossa presença ali eram a divulgação do grupo de pesquisa, a apresentação do projeto para fortalecimento dos(as) alunos(as) e, também, um protesto contra a falta de um maior número de professoras negras na UFBA e quanto à forma como elas são tratadas.

Há um *apartheid* racial na universidade, como um processo de colonialidade vergonhoso, sem que ninguém questione as razões do fosso. A hegemonia branca demarca espaços, limites, estabelece regras e normas divisoras da linha abissal, pois existe uma espécie de força conjunta para depreciar as atividades das professoras negras, questionar suas pesquisas, duvidar de seus métodos, ditando-lhes modos de agir, ao se articular com alunos e outros professores para disseminar a visão de que elas são pessoas loucas e têm de viver no isolamento acadêmico.

Elas [as professoras brancas] têm um grupo muito bem articulado entre elas... Elas são próximas... Elas dialogam... Uma sempre está nos projetos da outra... Uma nas bancas de TCC da outra... E eu tenho receio de que elas possam me prejudicar de alguma forma. E o que é pior é saber que elas podem tentar me prejudicar porque eu estava do lado das pessoas que queriam denunciar relações racistas dentro do curso. Então, às vezes eu penso se eu não deveria ter ficado calada. Geralmente, eu concluo que eu não deveria ter ficado calada, mas também fico pensando no que eu posso ter perdido com isso... com ter falado... (Lélia Gonzalés, 2020).

[...] eu vou começar falando sobre quais as consequências dessa reunião para mim, na minha vida. E essas professoras estavam firmes e fortes, afinal, as pessoas brancas se

demonstram superiores em qualquer momento, até quando elas estão sendo acuadas. Então, foi isso o que aconteceu...Elas não queriam dar o braço a torcer. Eu acho que o que é mais difícil desse movimento do racismo, né... dessa naturalização “escrota” do racismo... é essa superioridade que as pessoas brancas têm [...] A gente acha que, por ser assistente social, por estar ali no dia a dia debatendo, por estar em um curso que tem esse compromisso com os direitos humanos... a gente vai conseguir minimamente um pedido de desculpas. A gente vai minimamente conseguir discutir racismo a partir da nossa voz, da nossa fala; mas não [...] e elas não queriam dar o braço a torcer... Elas não queriam. O ego é maior que tudo. Então, foi muito naquele momento que eu percebi que aquelas professoras... eram extremamente racistas. (Carolina de Jesus, 2020).

O fato de não haver professoras negras na universidade em número expressivo não é dolo de um curso<sup>12</sup> específico e, sim, de toda uma estrutura baseada nas relações raciais no Brasil, heranças multiculturais e étnicas que sempre negaram a existência de segregação racial no país. As instituições, muitas vezes, não oferecem políticas compensatórias para a inclusão de negros e negras nas cátedras do ensino superior, nos cursos de mestrado e doutorado<sup>13</sup>, e pela via de concurso público.

Na reunião, os informes foram feitos e, chegado o momento de discorrer sobre o projeto, os ânimos das professoras se exaltaram. Por não haver uma lei nacional que proíbe a segregação racial nas universidades, foi possível funcionar no Brasil, por décadas, um *apartheid* racial nas instituições, que concomitantemente não desobedeciam nenhuma lei institucional, posto que não havia. Considere-se, também, que vivemos em uma ‘democracia racial’, onde todos teriam os mesmos direitos.

---

<sup>12</sup> Os cursos podem, por meio do Núcleo Docente Estruturante – NDE, que atua na concepção, consolidação e atualização contínua do Projeto político-pedagógico, fazer a inserção interdisciplinar da temática racial nas diferentes disciplinas.

<sup>13</sup> PORTARIA Nº 545, DE 16 DE JUNHO DE 2020, revoga a Portaria Normativa MEC nº 13, de 11 de maio de 2016, sobre cotas para afrodescendentes, indígenas e portadores de necessidades especiais nos Cursos de Pós-graduação. A UFBA em comunicado diz que irá manter a inclusão nos processos seletivos.

Importante ressaltar que o projeto apresentado, não estava na reunião para ser aprovado, pois já havia sido aprovado em outras três instâncias, mas apenas para conhecimento do Colegiado, entretanto as professoras se sentiram ofendidas. Quando falei sobre os objetivos, os questionamentos surgiram: por que realizar a pesquisa? A quem a pesquisa interessava? Que metodologia seria utilizada? Houve outros questionamentos bem desconfortáveis e indelicados, frases negativas, depreciativas, ameaçadoras.

Recordo-me de que uma professora branca pediu a fala e disse: “Já que você está falando de antirracismo, também tem de abrir espaço para falarmos de branquitude”. A branquitude, contudo, funciona de maneira a, deliberadamente, tentar silenciar nossas histórias, sob a alegação de que é apenas nossa. É uma manobra minimizadora e, segundo Zuberi e Bonilla-Silva (2008), métodos brancos, lógica branca, alguns pesquisadores brancos reivindicam objetividade enquanto denunciam outros estudiosos, principalmente aqueles que trabalham com a questão racial, caracterizando seus trabalhos como tendenciosos, subjetivos, perigosos. “A constante batalha em que participamos como mulheres negras em espaços acadêmicos é necessária à medida que perturbamos práticas e tradições culturais que marginalizam a negritude e a feminilidade” (Roby; Cook, 2019, p.2).

Após a reunião, algumas professoras do curso foram questionar o porquê da Pró- Reitoria de Ações Afirmativas ter ‘distribuído’ tantas bolsas para alunos negros<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> A primeira fase da pesquisa que realizou o primeiro censo racial da UFBA contou com alunos negros e pobres, mas também brancos das seguintes áreas: Serviço Social, Pedagogia, Geografia, Direito, Estatística, Engenharia. Nesta fase, o trabalho resultou no 1º Georreferenciamento racial dos professores na UFBA disponível no site: [www.later.ufba.br](http://www.later.ufba.br). Na segunda fase da pesquisa – Representação Social das professoras Negras da UFBA, contamos com bolsistas dos cursos de Medicina, Serviço Social, Direito e Estatística.



Na mesma semana, recebi e-mail da Diretora do *Campus*, convocando para uma reunião a portas fechadas. A mensagem dizia que, “atendendo à solicitação de um grupo de colegas, convocava para o dia 16/04/2018 às 9:00h, as professoras do curso de Serviço Social com a Direção do IPS para tratar de assuntos relacionados aos últimos acontecimentos e suas consequências”.

A reunião seria na segunda-feira seguinte, para discutir não somente as consequências do projeto de pesquisa, mas seriam também abordados “A representação das Professoras Negras” e o desdobramento da solicitação de troca de orientação de duas alunas da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso e o encaminhamento dado pela coordenação do curso<sup>15</sup>. Estavam na reunião a Diretora do IPS, a Coordenadora Acadêmica, a Vice-Coordenadora Acadêmica e todas as professoras do Curso de Serviço Social. Até mesmo uma docente que estava afastada para qualificação, fez questão de comparecer, pois confessou se sentir diretamente afetada pela situação.

Após o início da reunião, houve diversos ataques, seguem: **Primeira:** a Vice-Coordenadora Acadêmica/branca, disse: “Eu ando pelos corredores e me sinto agredida, quando olho para os cartazes que a senhora e suas alunas colaram. Onde já se viu escrever frases do tipo ‘Você tem professoras negras no seu curso?’ ‘Se você já sofreu racismo por parte de uma professora branca?’ Eu peço que a senhora arranque esses cartazes do *Campus* imediatamente”; **Segunda:** outra

---

<sup>15</sup> Registrei o problema no Ministério Público da Bahia, Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação – GEDHDIS, Nº 3946725/2018. Até o momento da reunião, a direção não tinha conhecimento de que a situação havia sido encaminhada ao MP, e a Universidade também não havia sido notificada. Internamente, na UFBA, entrei com registro na Comissão de Ética da UFBA, na Ouvidoria Geral da Reitoria, e tentei entrar com processo administrativo, mas todos foram arquivados. O Conselho Regional de Serviço Social – CRESS/BA, protocolado o pedido para averiguação e providência, até o momento que saí de Salvador no dia 1 de agosto de 2019, não se pronunciou sobre o assunto.

professora negra se manifestou: “Eu não tenho a mesma perspectiva teórica da professora (referindo ao meu projeto de pesquisa) basta ler os meus artigos”; **Terceira**: a Diretora do IPS/branca: “Professora, solicito que a senhora peça desculpas para as professoras do colegiado” (referindo a pesquisa realizada). O colonialismo não é passado, é parte da presente relação capitalista, patriarcal e racista, e sua herança permanece pronunciada (Quijano, 1993).

Pedir para retirar os cartazes é, simultaneamente, objeto da profunda crise de memória com que nos defrontamos – parte integral de domínio e domesticação dos negros e negras têm corroído os fundamentos da falsa democracia racial no país –de que, na realidade, nada foi esquecido. Como seria possível retirar os cartazes ou pedir desculpas? Apesar de as professoras e demais representantes se esforçarem por desclassificar meu trabalho e o que resultou dele como desordeiro, violento, agressivo etc., na realidade, a violência patente nesses atos funciona também em nível simbólico. Considerando a desmedida inerente ao imperialismo e ao colonialismo, a qual faz parte da nossa vida cotidiana, tem sentido considerar o projeto ou os cartazes espalhados por alguns pontos da universidade como ato desordeiro e intolerável? Na verdade, é parte de uma estratégia de controle da narrativa por essa centralidade do saber científico, de modo a se posicionar como detentor de preceitos morais, decentes e civilizados, como se posicionaram “as donas do pedaço”. Sem qualquer escrúpulo ou vergonha, mentem em relação a como se sentem angustiadas com as “ameaças” de negros e negras na Universidade.

Fiquei em silêncio porque nada do que eu viesse a falar poderia dar fim ou minimizar o sentimento de ódio e raiva que tais professoras sentiam diante da intromissão de uma professora negra e de alunos(as) negros(as) que desafiaram descolonizar o saber acadêmico, reivindicando a democratização do espaço onde o saber pode ser

produzido, discutido e compartilhado. Pode-se afirmar que, na realidade, o conhecimento e a aquiescência sobre a violência imperialista e colonialista são compartilhados por todas. O que muda é somente um ou outro detalhe, bem como a maneira como cada uma se posiciona ou é forçada a tomar uma atitude perante esses episódios.

A revolta intelectual contra essa perspectiva é contra esse modo eurocêntrico de produzir conhecimento nunca esteve exatamente ausente, particularmente na América Latina. Mas apenas levanta voo depois da Segunda Guerra Mundial, começando obviamente nas áreas dominadas e dependentes do mundo capitalista. Quando se trata de poder, é sempre a partir das margens que mais costuma ser vista, e mais cedo, porque entra em questão, a totalidade do campo de relações e de sentidos que constitui tal poder. (Quijano, 2009, p. 75)

A questão racial deveria entrar nos temas de trabalho na universidade, porém sofre a inibição constante da convivência com os(as) colegas, que se mostram incomodados(as) quando esta questão aparece em alguma discussão sobre os temas de pesquisa de interesse do Instituto. O que nunca discutimos em nossos trabalhos é até que ponto estamos dispostos a interpretar esses “incômodos”. Também nunca questionamos por que as manifestações de incômodo gozam de impunidade em nosso meio (Carvalho, 2006).

A Diretora e a Vice-Coordenadora/brancas, com suas interpretações de mundo, demonstraram apenas uma das representações do saber, assumindo uma posição relativista<sup>16</sup>. O pensamento moderno continua a operar mediante linhas abissais que dividem o mundo, em linhas imaginárias, em humano e sub-humano de tal forma que princípios de humanidade não são postos em causa em virtude de costumeiras práticas desumanas (Santos, 2009). E,

---

<sup>16</sup> Pluralidade não implica o relativismo epistemológico ou cultural, mas certamente obriga a análises e avaliações mais complexas dos diferentes tipos de interpretação e de intervenção no mundo produzidos pelos diferentes tipos de conhecimento (Meneses; Santos, 2009).

quando mulheres negras se mobilizam, somos levadas até às instâncias mais burocráticas possíveis, como, por exemplo, a instalação de processos.

Quanto à fala da professora negra, não pude deixar de ficar perplexa. Realmente, temos perspectivas teóricas diferentes, mas não excludentes, o que não significa que nossos caminhos precisem ser diferentes, que não devamos nos dar as mãos, nos unir. Não precisamos adotar a branquitude. Infelizmente, temos de reconhecer que mulheres negras, tal como os negros, também são doutrinadas pela ideologia da branquitude. Os Negros também podem adotar a ideologia branca e ser favorecidos de alguma maneira.

Amor é um termo que às vezes pode ser usado de maneira desleixada e descuidada; no entanto não mais do que quando nós, como mulheres negras, reivindicamos 'amar uma à outra' ou nos chamamos 'irmã'. Como estudiosas feministas de raça crítica negra (CRF) (Wing, 1990; Berry, 2010), que buscamos uma carreira atrás dos muros sagrados da academia, descobrimos que esse amor às vezes se perdeu em nós. (Brazile, 2018, *apud* Roby; Cook, 2019: p. 1)

Posteriormente, na sexta-feira pela manhã, fui surpreendida por outro *e-mail* da direção do IPS, dessa vez convidando para uma conversa. Chegando, soube que haviam recebido um telefonema do Reitor, comunicando que o Ministério Público da BA notificaria a Universidade sobre o ocorrido, que estava acompanhando a denúncia feita por mim sobre assédio moral. Diferentemente da reunião realizada na semana anterior, a conversa naquele momento ganhou outro 'tom'. A Diretora, as portas fechadas de sua sala, pediu para eu 'esquecer' toda a situação, pois esta ganhara uma dimensão muito grande, inesperada, e que também envolvia uma professora em

estágio probatório<sup>17</sup>, pedindo desculpas reservadamente pelo acontecido. Interessante notar que o vexame foi público, mas o pedido de desculpas foi privada, às escondidas, embora não conseguisse esconder uma linguagem oca e amarga, ainda calcada no autoritarismo.

E se uma professora branca tivesse elaborado um projeto em que o objeto de estudo fosse sobre professoras negras? Ademais, e se essa professora branca andasse pela universidade ou participasse de uma reunião com camiseta com a frase: **Me respeitem?** E se os alunos brancos vestissem camisetas com os dizeres: **De que forma as professoras brancas são tratadas no seu curso?** E se essa mesma professora branca colasse cartazes nas paredes da universidade, juntamente com seus alunos brancos com frases do tipo: Alguma professora **branca**, do seu curso, já foi vítima de assédio moral, por alunos ou professores? E, ainda, se alguma aluna solicitasse mudança de orientação de Trabalho de Conclusão de Curso e se essa orientadora fosse branca, o que é comum, teria algum problema? Seria levada a algum tipo de reunião para ser atacada? Necessitaria entrar com ação no Ministério Público para se salvaguardar? Tais perguntas as levariam a um dilema moral? Claro que não. Não se trata de esquecer, mas de acionar a memória seletiva. Questiono atitudes dogmáticas e moralistas no que se refere ao significado da opressão e da discriminação. Trata-se de um dispositivo que desencadeia o reconhecimento e a recusa das diferenças raciais, culturais e históricas. Cria-se um espaço para produção de conhecimentos por meio da vigilância exercida e estimulada, e se busca, também, autorização para estratégias na produção de conhecimentos acerca do colonizador e do

---

<sup>17</sup> A professora a que a Diretora se referia obviamente era branca. A Diretora se esqueceu de que, na época, eu, professora negra, também estava em estágio probatório e, em nenhum momento, ela cogitou sobre a possibilidade de impedir qualquer situação constrangedora ou abusiva, seja da parte da coordenação, da vice-coordenação pedagógica ou do colegiado do meu curso.

colonizado, que são estereótipos avaliados antiteticamente (BHABBA, 2005). Indo mais longe, esses questionamentos sinalizam para ausência de uma mudança paradigmática no campo da produção do saber científico social. A secundarização dos saberes produzidos por nós, é resultado da intervenção colonial. Segundo Almicar Cabral (1976) ter o direito a pensar pela própria cabeça, construir a sua imagem, sua identidade, transita por um diálogo crítico sobre as raízes das representações contemporâneas. Como diz Cavalleiro (2020) não consideram ciência o que fazemos.

De fato, resisti à linguagem depreciativa, rasgada, racista, à branquitude quase absoluta, como muitas outras mulheres negras em outras instituições têm resistido. Talvez a natureza do pedido de desculpas seja apenas um desvio de mulheres brancas que se recusam a admitir sua própria culpa e cumplicidade no que se refere a como as mulheres negras são tratadas na academia.

Embora a universidade reivindique a ideia de que todos temos perspectivas de trazer para a mesa a pluralidade, a necessidade de diversidade e a inclusão, perspectivas eurocêntricas dominam o espaço justamente porque este espaço já está sustentando a epistemologia dominante.

Esse episódio ocorreu antes das eleições do atual presidente da República, não sendo demais frisar que grande parte dessas professoras estava participando de atos 'pró-democracia', somente para fazer um paralelo. Estou falando de democracia, de censura, de livre expressão e, dentro da Universidade, de escrever um simples projeto sobre professoras negras, de colar cartazes nas paredes da Universidade, de alunas pedirem para mudar de orientadora, somente isso. Então, é contraditório você lutar contra a tirania de um presidente e, no espaço de trabalho, banalizar a tirania, o racismo, a discriminação, as relações de ódio e opressão (Arendt, 1999).

Deve-se, então, crer que alguns são mais iguais do que os outros, em que pese existir uma estrutura racial na UFBA na qual 51% do total de todos os professores são homens e 49% são mulheres e, deste último percentual, 78% são mulheres brancas e apenas 22% mulheres negras (considerando pretas e pardas) (Brito; Aras, 2017). Temos de considerar que estamos inseridos em uma estrutura educacional que sustenta uma branquidade quase absoluta, que ignora histórias, identidades e experiências de estudantes de cor e mantém uma supremacia histórica na instituição.

Posso ilustrar outro momento desta crise de representação com a pesquisa que realizamos na UFBA em nível de relação interpessoal tanto docente/docente, docente/bolsista da pesquisa, discente/bolsista da pesquisa e discente/docente. Naquele momento, lecionava a disciplina Pesquisa em Serviço Social II, que era ministrada<sup>18</sup> por duas professoras. Para cursar a disciplina, os alunos eram divididos igualmente entre as professoras e distribuídos em duas salas de aulas diferentes. Na ocasião dos fatos, a demanda de alunos do curso já estava regularizada, mesmo assim, a disciplina foi dividida.

Após esses acontecimentos, houve boicote com a distribuição da disciplina, foram a mim encaminhados apenas 3 (três) alunos na sala de aula, e à professora contratada, 15 (quinze) alunos. Em semestres anteriores, caso ocorresse uma situação como essa, a coordenação atuava no sentido de redistribuir os alunos de forma igualitária entre as professoras. Desta vez, porém, isso não aconteceu, o que é recorrente, pois as professoras negras acabam em um isolamento acadêmico, num confinamento, como diz José Jorge de Carvalho (2006).

---

<sup>18</sup> Inicialmente, em 2015, quando ingressei no curso, havia uma demanda grande: por questões internas, especialmente para esta disciplina, havia 50, 60 alunos, e o indicativo foi dividi-la por 2 professores. Mesmo após a demanda se ter normalizado, a disciplina continuou sendo dividida.

É importante registrar que algumas alunas foram de aluno em aluno tentar convencê-los a se matricularem na parte da disciplina ministrada por mim. Diziam que era uma manobra política e que a questão era racial etc. Algumas alunas se convenceram, e o semestre transcorreu com apenas 7 (sete) alunos, não me recordo muito bem, mas era um número bem baixo em comparação com os semestres anteriores. Mesmo assim, por se tratar de poucos alunos e de uma disciplina que discutia a realização do projeto de pesquisa, pude dar atenção especial a cada um deles, e muitos elaboraram excelentes projetos, apresentados em eventos internos e congressos.

Em outro momento da mesma disciplina, em semestre posterior, estavam na minha aula alunas ligadas a uma determinada professora. Sou do interior de São Paulo, tenho o sotaque comum da região e me orgulho das minhas raízes, do meu lugar de origem. Então, toda vez que eu estava ministrando uma aula e pronunciava o 'R' dos paulistas, o grupo de alunas sussurrava e começava a rir, a chacotear e dispersar os demais alunos. Em um devido momento, as zombarias foram tão fortes que tive de parar a aula e perguntar o que estava acontecendo. Elas disseram que não era nada. Havia monitoras que me acompanhavam nas disciplinas e também já haviam percebido o ocorrido. Uma delas se sentia incomodada com as alunas, que também as destratavam. Na aula seguinte, eu e as monitoras desenvolvemos uma metodologia para discutir o racismo cultural. Fizemos um círculo e falamos sobre o assunto, refletimos sobre o que era racismo cultural, preconceito racial, suas consequências e implicações para a vida cotidiana e no trabalho, etc. As alunas permaneceram arredias. Mudei a metodologia da aula a partir dos episódios. Posteriormente, ao conversar com outras alunas sobre o assunto, fui informada de que aquelas alunas zombavam apenas do meu sotaque e que havia outra professora branca, de outra região do



País, com sotaque mais carregado do que o meu, mas que não era motivo de escárnio entre as alunas.

A minha experiência, porém, não é um fato isolado, pois esse tipo de desrespeito não acontece apenas comigo, inúmeras situações semelhantes de opressão ocorrem todos os dias com outras professoras negras, e precisamos denunciar os efeitos colaterais da branquitude. Infelizmente, não dispomos de uma rede de relações em que possamos compartilhar essas experiências dolorosas, advindas de uma universidade hegemonicamente branca, racista, com epistemologias centralizadas e focadas no homem branco, na mulher branca; nesta postura de branquitude, tentam defender o privilégio e o poder a todo o custo.

Também me recordo de outros episódios, por exemplo, de alunas vinculadas à pesquisa sofrerem perseguição; outros alunos tinham receio de conversar com elas e também professoras do curso se afastaram dessas alunas. Só fui informada desses fatos posteriormente, pois queriam me preservar. Percebiam que eu estava muito cansada, pois a hegemonia da branquitude cria instâncias de fadiga em uma batalha racial aperfeiçoada. Então, uma cuidava da outra.

Havia uma sala que era destinada a projetos de pesquisa. Sendo muito pequena, mal cabiam três pessoas, então tínhamos que nos revezar para utilizá-la e fizemos um rodízio para que todos os alunos a frequentassem. Esse plantão era regulado e, a cada dia, eram dois alunos que faziam um rodízio, com registro das atividades, pela manhã e à tarde, para que a sala estivesse sempre ocupada, como forma de os alunos se apropriarem do espaço universitário. Ali, eles realizavam transcrição de entrevistas, traziam algum trabalho relacionado à pesquisa ou simplesmente faziam trabalhos relacionados à disciplina do seu próprio curso.

As professoras que frequentavam as salas ao lado começaram a se sentir incomodadas com a presença de meu pessoal ali. Questionavam o volume da voz, o uso da cozinha para esquentar o almoço, até se tiravam uma cópia xerox (solicitada por mim). Sobre a cópia xerox, a Vice-Coordenadora, a mesma que solicitou a retirada dos cartazes, me chamou para se queixar de que uma aluna negra havia xerocado uma folha e que isso iria pesar nas contas orçamentárias da universidade. Solicitou que eu orientasse a aluna a não mais entrar na sala para que o fato não mais se repetisse. A folha era um gráfico da pesquisa.

Uma cena que me tocou bastante é que eu frequentava muito a sala de pesquisa no espaço do IPS onde ficava a coordenação, a diretoria do Instituto de Psicologia e uma professora branca, de psicologia; ela entrou na sala perguntando o que é que a gente estava fazendo. A gente explicou que aquela sala era reservada para os alunos do projeto e ela foi extremamente rude, como se aquele espaço não fosse nosso, como se a gente não devesse estar lá. Foi uma sensação de não pertencimento àquele lugar e me deixou muito chateada e depois, durante a vivência no cotidiano. (Luiza Bairros, 2020).

Por fim, a direção me chamou e convidou para mudar para uma sala no prédio da Faculdade de Filosofia onde ficavam os arquivos, materiais, etc. Fui conhecer a sala com um funcionário da recepção, que me alertou, antes, sobre as condições insalubres da sala, observando que a sala não servia para estudo, apenas para depósito. Eu insisti em conhecer o ambiente, porque já estava incomodada com a situação, pois toda semana eles(as) me traziam uma nova ocorrência. O problema é que a sala, além de ser minúscula, não tinha janela, nem entrada de ar, nada, era como uma senzala<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Não sei dizer se a sala foi transferida, pois saí para realizar estágio pós-doutoral na Universidade de Coimbra.

**Considerações pós-abissais: descolonizar as universidades**

Após toda repressão e perseguição, nem se poderia imaginar que o projeto iria ter algum sentido. Às vezes, fica-se um tanto exausta dessas lutas. Mas, de repente, os alunos começaram a interagir com os cartazes. Os relatos foram trazidos pelas bolsistas que diziam: “Professora, os alunos estão interagindo com os cartazes, se identificaram com os questionamentos”.

Apesar de, por um lado, a direção e as professoras do curso quererem pôr fim ao projeto, por outro, alguns alunos haviam-se reconhecido na pesquisa, identificaram-se com as frases dos cartazes. Havia um movimento positivo. Contudo, parecia que os cartazes falavam e apesar de toda a sua carga simbólica, o que estava em jogo era salvaguardar os privilégios acumulados ao longo de séculos e a manutenção da essência inumana que serve de base na fundação de nossas universidades. No cartaz em que estava escrito “Você tem professora negra no seu curso?”, os alunos escreviam: “Não tenho, no meu curso não tem!”. Alguns alunos passavam e assinavam, enquanto outros apagavam as assinaturas.

Em outro cartaz em que se perguntava “Você tem professora racista no seu curso?” um aluno escreveu: “Tenho”:

Eu, inclusive, vi algumas discussões, assim meio tensas nessa disciplina com ela... com outra colega, que era uma menina preta... do cabelo afro. Bom, quando eu voltei a passar por esses cartazes, tinha aquela mesma pergunta: “Alguma professora já foi racista com você?” e o nome dessa professora estava riscado. Quando eu vi o nome dela riscado, eu me dei conta de que eu não era a única que tinha passado por aquilo. Eu conversei com outras pessoas que foram reprovadas na disciplina dela também e que passaram pela mesma situação. Desculpa, eu estou chorando... E todas essas pessoas que passaram por isso eram pessoas negras. Então, eu percebi que o problema dela não era comigo. Depois, eu vi os cartazes sendo arrancados... Eu vi que algumas pessoas próximas a essa professora... Eu vi uma pessoa próxima dessa professora,

na verdade, rasgando o cartaz. Eu lembro que eu vi também comentários de pessoas próximas a essa professora falando do grupo que tinha colado os cartazes... E, lógico,... eu era uma dessas pessoas. (Lélia Gonzales).

Então, para mim foi muito marcante ver aquele cartaz com o nome da professora rasgado. Eu fiquei me perguntando: quem teria feito aquilo? Qual é a pessoa que tirou o nome dessa professora daqui? Alguém fez uma denúncia... Quem tem o direito de tirar? Lembro que houve professoras que pediram para que esses cartazes fossem tirados. Imagina só? É a primeira vez que a gente está denunciando racismo com uma outra forma de se comunicar, e as professoras e professores se reúnem para poder tirar... quem eles não querem ouvir? Então, foi um momento muito forte... Já fazia quase quatro anos e meio que eu estava em São Lázaro e eu nunca tinha visto isso acontecer. (Carolina de Jesus).

Os questionamentos dos cartazes vinham de encontro às demandas de muitos(as) alunos(as) negros e negras que entraram na Universidade nos últimos anos. Os professores brancos não estavam acostumados a ver alunos negros na sala de aula, pois, muitas vezes a rede de sociabilidade geral que envolve esses professores distancia-os radicalmente da comunidade negra, uma vez que vivem em ambientes segregados racialmente: em suas residências, livrarias, lojas de grifes, restaurantes, museus, cinemas etc. (Carvalho, 2006). Talvez o contato que tenham com negros em suas residências e nas universidades seja apenas com serviçais, executantes de profissões desprivilegiadas intelectualmente. Vê-los como universitários, ocupando e questionando espaços de branquitude e poder, deve assustá-los, como bem ressalta Maria Célia de Azevedo (1987) em *Onda negra, medo branco*. No caso aqui abordado, as professoras brancas estavam se sentindo ameaçadas, uma vez que, na sua visão, seus espaços estavam sendo invadidos e reagiram, demarcando essa linha abissal.

Avtar Brah (2019) considera que as relações sociais permanecem complicadas, difíceis, e a provocação e o compartilhamento de

opressões não seriam a solução e, sim, deveríamos estabelecer estratégias para enfrentá-los na base. O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal, pois consiste num sistema de distinção formado por linhas radicais visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. Essas linhas dividem a realidade social em universos distintos. No campo do conhecimento, o pensamento abissal distingue entre o verdadeiro e o falso (Santos, 2009). As pesquisas sobre mulheres e homens negros são utilizáveis quando se tornam instrumento de objeto de estudo, como matéria-prima para avanço do conhecimento científico dos brancos e brancas.

Se, por um lado, a maioria das professoras concorda que “não existe racismo na UFBA”, por outro lado se recusava, por exemplo, a aceitar projeto desenvolvido por professora negra, questionando a representação e ausência das professoras negras na universidade. Entendo que a percepção do preconceito racial só é possível se considerarmos a opinião das suas vítimas. As professoras cujo comportamento foi aqui analisado, simplesmente não querem admitir que não toleram a presença de negros na Universidade, e sua participação ou conveniência com a segregação ou discriminação é sempre a mesma.

A negação das mulheres negras, neste caso, constitui-se na condição para que as mulheres brancas se afirmem enquanto privilegiadas, as únicas legítimas formadoras de opinião. Precisamos descolonizar as universidades.

### **Referências bibliográficas**

BHABBA, Homi. Org; Heloisa Buarque de Hollanda. A questão do “outro”: diferença, discriminação e o discurso do colonialismo. In: Pós modernismo e Política.1986.

COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought. Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge, 2000.

DAMASCENO, Janaína (2001). "O corpo do outro. Construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro: o caso da Vênus Hotentote". Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST69/Janaina\\_Damasceno\\_69.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST69/Janaina_Damasceno_69.pdf)>. Acesso em: 29 jun. 2020.

Griffin, Rachel Alicia. I am an angry black woman: Black feminist autoethnography, voice and resistance. *Women's Studies in Communication*, v. 35, n. 2, p. 138–157, 2012.

HALL, Stuart. *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. London: Sage, 1997.

Hannah, Arendt, *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

JONES, S. H. at al. *Handbook of autoethnography (Coleção Queer)*. Walnut Creek: Left Coast Press, 2013.

Lorde, Audre. (2007). *Sister outsider: Essays and speeches*. Berkeley, CA: Crossing Press. 2007.

Lorde, Audre. 'If You Come as Softly.' *The Collected Poems of Audre Lorde*. New York and London: W. W. Norton & Co., 21. [1968] 2000.

Matias, C. at al. Tales from the Ivory Tower: Women of Color's Resistance to Whiteness in Academia. *Taboo: The Journal of Culture and Education*, 18 (1). <https://doi.org/10.31390/taboo.18.1.04>. 2019.

Roby, R. S.; & Cook, E. B. (2019). Black Women's Sharing in Resistance Within the Academy. *Taboo: The Journal of Culture and Education*, 18 (1). <https://doi.org/10.31390/taboo.18.1.02>

Santos, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. *PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo*, v.24.1, p.214-241. 2017.

SILVA, Joselina da. Doutoradas professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais 2010 v28n1p19. *Perspectiva, Florianópolis*, v. 28, n. 1, p. 19-36, jun. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2010v28n1p19>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

Snyder, Martha. Leaning into autoethnography: A Review of Heewon Chang's Autoethnography As Method. *The Qualitative Report*, v. 20, n. 2, p. 93-96, 2015. Disponível em: <http://www.nova.edu/ssss/QR/QR20/2/snyder2.pdf>. Acesso em: 07 de Junho de 2016.

Taylor, Jones, SJ.; Coward CM, &, F. Através do espelho: uma auto-detecção visão gráfica das percepções de raça e apoio institucional no processo de posse. *The Qualitative Report*, 18 (29), 1. 2013.

VALA, Jorge. Representações sociais e percepções intergrupais. *Análise social*, vol XXXII (140), p.7-29. 1997.